



CARVALHO, JOSÉ MURILO DE. *FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA NO BRASIL*. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2005. P.224. ISBN 978-8571108561.

ALESSANDRO DOS SANTOS LIBERATORI¹

O livro tem como ideia central o entendimento da instituição militar como importante e influente ator no desenvolvimento da história política do Brasil.

O autor divide o livro em três partes, quais sejam: História, Política e Guerras.

Na primeira parte, J. M. de Carvalho discorre sobre a situação do Exército na Primeira (1889-1929) e na Segunda República (1930-1945). É desenvolvida a ideia de que no período da Primeira República foi empreendido um grande esforço para transformar o Exército em uma instituição nacional com capacidade efetiva de planejar e executar uma política de defesa para o país. Pontos importantes apontados para alcançar este objetivo foram citados pelo autor, como a introdução do alistamento universal e do sorteio e a eliminação da Guarda Nacional.

O autor também desenvolve a ideia das transformações organizacionais pelas quais passou a instituição. Segundo J.M. Carvalho, logo em seguida à Proclamação da República houve grande aumento da influência e do poder político das Forças Armadas. Mas tal poder foi rapidamente neutralizado pelas elites civis.

O período da Primeira República foi caracterizado por diversas intervenções militares, em uma primeira fase, desenvolvida por jovens oficiais com objetivos sociais e reformistas (jovens turcos). Em uma segunda fase, realizada por praças e de conflitos entre o Exército e a Marinha. Esses movimentos deram a atuação política das Forças Armadas na Primeira República um caráter desestabilizador. Em seguida, a política passaria a ter um caráter moderador e ficaria conhecida como movimento Pacificador, só realizado posteriormente.

Em sua análise da atuação política das Forças Armadas na Segunda República (1930-1945), o autor demonstra que o Exército, apesar de ocupar posição de destaque no poder político brasileiro, saiu da revolução de 1930 definitivamente fragmentado por várias razões:

- A revolução não foi resultado de um consenso das Forças Armadas. Os militares estavam divididos tendo a Marinha ignorado o movimento;

- A minoria rebelde era composta por oficiais subalternos, grande parte remanescente das revoltas da década de 20 cuja a integração com promoção rápida iria perturbar a hierarquia e o sistema de promoções do Exército;

- A participação dos sargentos nos levantes de várias unidades;

A divisão interna do Exército era agravada pelo conflito entre militares e as lideranças civis dos grandes Estados.

A solução para o problema das rebeliões e quebra de hierarquia foi a renovação da cúpula militar. Promoveu-se, então, o General Góes Monteiro à toque de caixa com o objetivo de se colocar um oficial de

¹ Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro - RJ, Brasil.

E-mail: <asliber@ig.com.br>

Mestre em Operações Militares (ESAO).

confiança no topo da hierarquia. A revolução de 1932 foi utilizada como justificativa para a eliminação dos antigos generais e escalões intermediários. A maioria dos punidos foi anistiada em 1934, mas já tinha a carreira prejudicada.

Segundo o autor, foi formado um novo dispositivo que foi facilitado pela permanência de Vargas na Presidência. No período, houve a possibilidade de realizar-se a homogeneização da organização graças ao afastamento dos oficiais discordantes.

Em seguida, o autor descreve os desentendimentos políticos entre os militares e os líderes civis (Vargas) que redundaram na deposição do presidente em 1945 pelos mesmos generais que o haviam apoiado em 1930. O autor detalha o relacionamento entre o presidente Vargas e os militares dividindo-o em três fases: o namoro, a lua de mel e o divórcio.

A primeira fase que ocorreu entre 1930 e 1937 teve como protagonistas o Presidente Vargas e o General Góes Monteiro. O autor descreve este último como um militar muito inteligente, ambicioso e de grande capacidade verbal e escrita que vislumbrou mais do que ninguém a mudança dos tempos e o espaço que se abria para a participação militar no cenário político nacional.

Adepto da visão da missão militar francesa de que os militares deveriam se manter neutros na luta política, participou com as tropas governamentais na campanha contra a coluna Miguel Costa-Prestes (1924 a 1927). Em 1930, segundo Carvalho, caiu-lhe no colo o convite para comandar o movimento revolucionário planejado pelas oligarquias dissidentes lideradas por Vargas. Para um tenente-coronel sem grandes perspectivas, uma vez que o mérito não era garantia de promoção, a oportunidade pareceu-lhe suficientemente atraente para abandonar os princípios franceses.

Apesar da minoria do Exército ter tomado parte na revolta de 30, a vitória obtida pela oligarquia mineira, gaúcha e paraibana com o precioso apoio das polícias militares foi mais fácil do que se esperava.

A facilidade da vitória teve como grave consequência o fato de ter sido conduzida por capitães e tenentes, e terem mantido os velhos generais do exército. O Tenente-Coronel Góes Monteiro viu-se com um exército profundamente dividido, mal treinado, mal armado, sem plano adequado de carreira; ou seja, uma organização sem condições de exercer o papel político pretendido. Entre 1930 e 1934, ano da constitucionalização do país, ocorreram cinquenta e um incidentes envolvendo militares de todos os escalões e compreendendo agitações, protestos e revoltas.

A desunião dos militares permitiu que Vargas, com grande capacidade de manipulação, os utilizasse em benefício de seus interesses políticos. Interessava ao chefe da revolução uma força armada forte para fazer face às lideranças oligárquicas remanescentes e às novas lideranças civis surgidas.

Para poder utilizar o Exército, Vargas deu apoio total ao General Góes Monteiro. Para conferir-lhe autoridade, promoveu-o à coronel em março de 1931, à General de Brigada em maio do mesmo ano e à General de Divisão (mais alto posto da época) no ano seguinte. Detentor de grande poder, Góes Monteiro passou a ser alvo constante das tentativas de cooptação pelos inimigos de Vargas. Mas este se manteve fiel ao presidente, pois reconhecia seu papel moderador das relações entre os civis e os militares. A partir daí, Góes Monteiro pode dirigir os caminhos das instituições militares segundo sua famosa frase: “É preciso acabar com a política no Exército para se poder fazer a política do Exército”.

A reforma da organização foi sendo realizada sistematicamente sob as bênçãos de Vargas. Abrangeu a efetivação do serviço militar obrigatório, o treinamento da reserva, a “desprofissionalização” dos sargentos, o expurgo dos dissidentes e a formação de um grupo hegemônico de oficiais.

Na segunda fase, o autor analisa o período ocorrido entre 1937 e 1945. Em 37, Vargas com o apoio e incentivo das Forças Armadas fechou o Congresso, outorgou nova Constituição e estabeleceu uma ditadura denominada “Estado Novo”.

No Estado Novo foi dada ênfase ao desenvolvimento econômico, na promoção das indústrias de base, na exportação e no fortalecimento das Forças Armadas. Permitiu-se a eliminação da política partidária na sociedade e nas Forças Armadas. Os militares se consolidaram como atores políticos e pôde-se reordenar o Estado no que J.M. Carvalho chama de “modernização conservadora” sem participação política.

Na terceira fase ocorrida entre 1945 e 1964 ocorre o “divórcio”, ou seja, o rompimento entre Vargas e os militares.

A partir de 1942, configurou-se uma aproximação entre Vargas e os sindicatos que culminou com a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. À medida que se aproximava a vitória dos aliados na 2ª Guerra Mundial, intensificou-se a preparação para a democratização no Brasil e o apelo dos operários. Foi construída a imagem de Vargas como o “pai dos pobres e amigo dos operários”. Essa guinada, segundo o autor, foi responsável pelo divórcio entre Vargas e as Forças Armadas que, por sua vez, não aceitavam a inclusão de um novo ator político que lhes era política e ideologicamente antagônico.

Ficaram contra Vargas seus principais antigos auxiliares, entre eles: Generais Góes Monteiro, Dutra,

Juracy Magalhães e Juarez Távora. Ao lado de Vargas sobraram alguns oficiais da FEB, os Generais Paquet, Odílio Diniz e Brigadeiro Nero Moura.

As pressões generalizadas e o receio de que Vargas tentasse ficar no poder frustrando o processo eleitoral em vigor, ocasionaram a sua deposição em outubro de 1945 pelos militares.

As três forças agiram de forma conjunta e este foi o primeiro golpe planejado pelos três estados-maiores. De fato, para efetivar a deposição foi criado o embrião do que seria mais tarde o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

No quarto capítulo, o autor defende a teoria de que o golpe de 1964 deve-se muito mais “à virtù” (ações e omissões de agentes políticos) que a “fortuna” (grandes causas sociais). O autor se vale dos termos utilizados por Maquiavel no livro “O Príncipe”. Para ele, “nossos liberais não hesitaram em recorrer às Forças Armadas para derrubar o governo. Nossa esquerda não valorizava os métodos democráticos para promover a reforma social”. Na parte II do livro, o autor reapresenta alguns artigos escritos no período da redemocratização do Brasil (1987-1995) nos quais debate as dificuldades de entendimento entre civis e militares.

Na terceira parte do livro, o autor apresenta alguns assuntos de seu interesse, como: a Guerra da Tríplice Aliança e a Campanha da FEB na Itália. Busca, por meio de seus artigos, aprofundar os conhecimentos e estudar os conflitos. Argumenta que as matérias sempre foram estudadas com objetivos político-ideológicos e tenta se limitar aos acontecimentos reais das campanhas, trazendo importantes informações sobre os conflitos.